

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A REVOLUÇÃO DE 1817
SOB A ÓTICA DE SEUS DESCEDENTES**

ALUNA : LOURENA GOMES DE LIMA

NATAL/ 2003 .

Aluna : Lourena Gomes de Lima

**Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II
ministrada pela Professora Denise Mattos Monteiro
do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Sob orientação do Professor Luis Eduardo Brandão Suassuna.**

Natal/2003

À memória de

Maria Anunciada de Oliveira – Dona Pequena,

Lição de vida,

Eterna Saudade.

Aos meus pais e irmãs,

Todo meu afeto.

A Revolução de 1817 sob a ótica de seus descendentes.

1. Generalidades -----	5
2. Ecos de Pernambuco -----	9
2.1 A Revolução Pernambucana -----	9
2.2 Sob a ótica de um pernambucano-----	14
3. O que diz-nos um amante da terra? -----	15
3.1 A revolução na província -----	17
3.2 Sob a ótica de um norte riograndense -----	22
4. A Revolução e a História -----	24
4.1 A revolução sob análise -----	24
4.2 Sob a ótica de um historiador -----	31
5. Considerações Finais-----	34
6. Bibliografia -----	37
7. Adendos-----	38.

A Revolução de 1817 sob a ótica de seus descendentes.

- Generalidades -

Pelos livros de História do Brasil, quando estudamos as lutas internas ocorridas, não importando aonde fosse, qual o motivo que pelo que lutavam ou em que tempo que surgisse, vemos conflitos fratricidas, com confrontos e punições ao toque das tragédias bárbaras tais quais as que ocorreram no Egito, ou Roma; cada parte defendendo sua razão e verdade. Esses conflitos muito cruéis e violentos escreveram com sangue os fatos e nomes dos homens no país.

Até parecia referir-se aos conflitos no Brasil, Simon Bolívar ao dizer:

*Nas lutas internas impôs-se a generosidade para com o adversário,
senão a violência cresce em escala geométrica.*

Ao estudarmos uma dessas lutas no Brasil; neste trabalho propomos a Revolução de 1817, ocorrida em Pernambuco com adesão das outras províncias vizinhas da Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia; cuja uma das diversas versões conta que o estopim teria sido um incidente numa festa comemorativa da expulsão dos holandeses em que um alferes de um regimento surrou um português que havia injuriado os brasileiros. A classe dominante portuguesa reagindo ao incidente, o qual achando muito grave, tratou de punir os militares envolvidos. Os oficiais reagiram com vistas a implantar um governo republicano, criando um Governo Provisório representativo das diversas categorias sociais. A militar, pelos padres e pelos maçons (formado pelos dois primeiros e mais a classe de liberais autônomos e letrados).

Em 3 de Abril de 1817, os comandantes de unidades revolucionárias foram apresentados à bandeira e tope de república, que é a atual bandeira de Pernambuco. A reação do governo foi rápida. Em 23 de abril uma esquadra do governo bloqueou o porto de Recife e foram lançadas proclamações anti-revolucionárias em Alagoas, Paraíba.

Rio Grande do Norte e neste, o povo aos brados de: Viva El Rei. Feriram fatalmente um oficial revolucionário numa resposta ao ato do Leão Coroado¹.

O dismantelamento da luta nativista se deu em todas as províncias, em que os revolucionários em grande inferioridade numérica abandonaram suas artilharias, na Bahia, Alagoas, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. No Recife os revolucionários se renderam à força naval.

Teve início a dura e violenta contra-revolução, em que até ex-revolucionários agiram reprimindo. Violência em resposta a revolução iniciada com violência, por ferir a hierarquia da Pátria mãe e a disciplina da classe dominante portuguesa residente no Brasil, ou o contrário; nos remetendo ao pensamento de Simon Bolívar, violência gerando violência em escala geométrica.

As causas da revolução pernambucana, sob o ponto de vista econômico, podem ser definidas como um protesto do Norte contra a hegemonia do Sul.

Remetendo obrigatoriamente para a manutenção da corte uma boa parte de suas rendas. Para citar um exemplo, do quanto às províncias do norte tinham que manter exemplifica-se em um pagamento mensal de um imposto destinado à iluminação pública do Rio de Janeiro. Daí a revolta generalizada das províncias do norte, diante da soma enorme de benefícios que tornaria a região fluminense mais favorecida, principalmente Pernambuco, onde as aspirações de autonomia reaparecem² num período de retração econômica ocasionada pela baixa do preço do açúcar e pela brusca supressão das exportações de algodão.

Ainda as operações no Rio do Prata, que o governo português enfrentava no sul do Estado³ imputava a cobrança de novos tributos sobre as receitas alfandegárias, a fim de custear as despesas com o corpo expedicionário.

¹ GUERRA, Flávio – *História de Pernambuco*, p. 82 – Capitão José Barros de Lima ao atravessar sua espada no Comandante Manuel Joaquim Barbosa ferindo-o fatalmente por este efetuar prisões dos militares, explodindo inesperadamente a revolução.

² ENCICLOPEDIA BRITANNICA. vol. 10. p. 398B. “Há quem pretenda ter partido de Olinda, em 1719, a idéia de estabelecer-se no Brasil uma república independente de Portugal”. Ainda - Guerra, Flávio Pág. 70 “Diz a tradição que àquela altura, a 10 do mesmo mês [novembro]. Bernardo Vieira de Melo, militar afamado, antigo governador do Rio Grande Norte ..., teria no Senado da Câmara de Olinda, proferido um grito de República, propondo a independência de Pernambuco”.

³ Apud GUERRA. Op.cit. O movimento revolucionário em Pernambuco irrompeu a 6 de Março, quando as tropas luso-brasileiras já haviam ocupado Montevidéu – Província Cisplatina.

Lógico é, que a Pernambuco e às outras províncias do norte, pouco importava que fosse ou não incorporado ao território a Banda Oriental ao império luso-brasileiro. Daí a conspiração que encontrou campo favorável nas antigas diferenças entre portugueses e brasileiros.

Sob orientação clerical, o movimento deveria ter início no domingo da Páscoa (coincidente em 1817 com o mês de abril), comemorando-se a ressurreição de Cristo com a da Pátria. No entanto, uma rixa de quartel que culminou com o assassino de dois oficiais superiores, ambos portugueses, antecipou a deflagração.

Ao estudarmos e mais especificamente a Revolução de 1817 e na maioria dos livros de História, Pernambuco é a principal personagem de todo o desenrolar deste conflito ficando para as outras províncias, bem como seus revolucionários o papel de meros agitadores, e que pouco contribuíram para somar na história do país o caráter emancipacionista dessa revolução, que teve como principal inspiradora a Revolução Francesa e o seu “liberdade, igualdade e fraternidade”⁴.

Serão tomados para estudo as obras de três autores, um pernambucano, um norterio-grandense e um historiador; medida tomada para que conheçamos não só a versão de um autor pernambucano, e até onde vai a influencia do ser natural de sua terra e relatar sua história que de autores norterio-grandenses para que saibamos como foi escrita nossa história, mas aqui tomaremos, qual a visão dessa revolução no que tange autores locais. Será levado em conta o período em que foi escrito e em que escola o autor segue, pois como já se sabe estes são pontos que muito influenciam o corpo final de uma determinada obra.

Mas o que pretendemos neste trabalho será tentar saber sobre qual ponto de vista relata mais fielmente o episódio da Revolução de 1817. Pois o historiador busca a verdade. Mas qual será a verdade?

Precisamos ter visões várias sobre o fato supracitado para que possamos construir uma visão crítica desse movimento tão importante na construção política do nordeste, pôr ter um caráter amancipacionista e nativista; deixando para posteridade marcas que

⁴ www.resenet.com.br/ahimtb/c3b.htm, 13/04/03. 20:30 h. Apud. GRIECO, Donatelo, **Napoleão e o Brasil**. Hoje, sabe-se que os revolucionários planejavam libertar da Ilha de Santa Helena e trazer ao Brasil, Napoleão Bonaparte, para ficar a frente da revolução.

influenciariam outras revoltas como a Confederação do Equador em 1824, que levará Pernambuco, sete anos mais tarde experimentar outra tentativa republicana, além de outras revoltas que mereceria um estudo mais aprofundado integrando todas; divisor de águas, no que concerne, a posição, pelo menos da minoria letrada do nordeste, crítica na política, sociedade e economia do norte do país em detrimento do sul que começava a expandir-se.

ECOS DE PERNAMBUCO

2.1. A Revolução pernambucana

A Revolução de 1817, que conhecemos em vários livros de história do Brasil, é mais conhecida em Pernambuco como Revolução Pernambucana, não retirando seus méritos, pois incontestavelmente foi um movimento de caráter até então, e em nível de Nordeste, único, por ter intenções de separação do governo português, pelo menos para os revolucionários a separação de Pernambuco e as províncias envolvidas no conflito.

Flavio Guerra, a pedido da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, reescreve vários momentos da história do Estado e tomamos a Revolução de 1817 ou Pernambucana, o que for melhor, para analisarmos como é reescrita, baseado nas inúmeras pesquisas e documentos da época que ele teve acesso, nos arquivos públicos, Instituto histórico, bibliotecas públicas e particulares.

Em seu livro “História de Pernambuco”, deparamos com a celebração aos feitos de seus conterrâneos, num toque sutil de orgulho e prazer em relatar os acontecimentos que levaram este Estado, bem como, seus filhos terem na história do Brasil destaque incontestável na construção política, econômica e social. Percebe-se que Flávio Guerra é um conhecedor profundo da história pernambucana não só no âmbito político, soma-se sua preocupação em mostrar a formação social de seu povo, e é sua visão com escritor e jornalista, e também pernambucano que vamos tentar mostrar neste capítulo.

Pernambuco do século XIX conhecia um quadro econômico de relativa prosperidade, e que já estava em crescimento desde o século anterior, não só no litoral, mas também no alto sertão, pôr intermédio da Bahia, de onde as mercadorias conduzidas em grandes comboios, atravessando o rio São Francisco, abasteciam os centros populosos de grande parte daquele sertão. Houvera também o aumento do número de engenhos, a exportação de açúcar chegou a ser estimada em cerca de 100 milhões de libras, que era então a moeda internacional.

O recrudescimento das guerras napoleônicas somadas aos desastres das colônias espanholas e inglesas resultara numa melhoria nos preços do açúcar e algodão do Brasil para exportação, conhecendo Pernambuco a importância de seus produtos no mercado internacional.

Com mudança do reino português para sua colônia na América em 1807, devido às invasões das tropas de Napoleão em solo luso, o Brasil conheceu grandes mudanças e vantagens. E para Flávio Guerra, principalmente Pernambuco ganhou com a vinda da Côrte portuguesa, no que tange, “por em prática” as idéias de liberdade e de nacionalidade.

O movimento social-cultural e político que se empolgou nos fins do século XVIII, com as revoluções francesas de 1789 e 1792 e a declaração dos direitos do homem em 1791, fundiu, no cristalar de suas conceituações, o alvorecer de uma nova etapa na vida política do Novo Mundo, repercutindo com certa profundidade em Pernambuco, onde a vasta literatura considerada avançada começou a encontrar o campo propício daquele orgulho de “serem brasileiros” dos pernambucanos, e abriria as janelas para se começar a receber o sol das novas concepções políticas. Pág. 77

A formação social-política do pernambucano deve-se, em grande parte, ao dominante holandês, na época, considerado uma civilização superior econômica e culturalmente falando, em comparação aos povos ibéricos. E desenvolveu-se se firmando na epopéia de conseguirem expulsar os mesmos flamengos.

Por extensão a restauração de Pernambuco serviu para seu povo conscientizar-se e também provar para o resto da colônia, o seu valor, pois se poderiam libertar-se de um jugo estrangeiro de vinte e quatro anos, sem o auxílio de sua Metrópole, então valeu determinar as conseqüências nas idéias desse povo, resultante das influências recebidas, tanto no ramo social, quanto econômico e por tanto tempo de uma civilização considerada adiantada em detrimento ao povo ibérico.

Nesse caldeirão de causas, somando-se a ventania das idéias liberais vindas da França, mais os princípios democráticos triunfantes da guerra de independência norte-americana, repercutiram rápido no meio social dos pernambucanos encontrando campo fértil para o crescimento das insatisfações diante dos atos da Coroa portuguesa na colônia.

A essa altura Pernambuco em 1809, era considerada “a primeira praça comercial do Brasil”⁵. Em 1811, Olinda inaugura o primeiro Jardim Botânico de toda a América. O convento dos jesuítas, perseguido violentamente pelo Marquês de Pombal, resultando na expulsão de seus ocupantes, fora entregue ao bispo de Olinda Dom Azeredo Coutinho, considerado um dos mais cultos prelados de seu tempo, economista e doutor em teologia, ali inaugurou o primeiro seminário da capitania.⁶

É neste seminário e graças à influência do bispo Azeredo que “surgiria à geração idealista de 1817”.⁷

No Brasil, segundo o Flávio Guerra, infiltrava-se sutilmente o jacobinismo francês especialmente em Pernambuco.

*...Onde as tristes reminiscências da guerra dos Mascates
acalentavam tradição tal de oposição à metrópole, que em 1800
havia-se já condensado um quimérico projeto de república sob o
protetorado da França...*

Era essa crescente confiança e orgulho dos feitos passados que Pernambuco, e principalmente Recife, onde se concentrava a classe mais culta da sociedade, somando a isso as idéias francesas, o descontentamento e mal estar generalizado na capitania do norte com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, onerando o bolso dos dessa classe letrada que bem empregado foi um comentário, que o autor não sabe a autoria sobre a Revolução pernambucana.

*...De fato os pernambucanos buscavam com ânsia os novos catecismos,
atiravam-se a ele com fome; devorava-os com sofreguidão, e com isso quem
não esperaria de tanto entusiasmo ver progressos monstruosos?*

⁵ GUERRA. Op. cit. Sob o ponto de vista das relações mercantis com a Inglaterra, então o celeiro econômico-financeiro do mundo. Cálculos estatísticos fornecidos por Henry Coster (viajante inglês) na época. p. 80.

⁶ GUERRA. Op. cit. “para a instrução da mocidade em todos os seus principais ramos da literatura, própria não só de um eclesiástico, mas também de um cidadão, que se propõe a servir ao Estado” pass.

⁷ Id. Ibid. Apud. Capistrano de Abreu. pass

Nos quartéis, os privilégios e preferências dos oficiais portugueses aumentavam os recalques e sentimentos de ojeriza pôr Portugal, em banquetes os vinhos e pratos europeus, eram substituídos pelas comidas da terra e pela aguardente de cana, e mais os vários incidentes entre os militares e civis em festas públicas, nas igrejas, não comentando as cinco lojas maçônicas da província que conspiravam idéias jacobinistas.

Quaisquer que tenham sido as causas da Revolução de 1817, Flávio Guerra aponta que encaradas sob qualquer angulo em se tratando do Brasil com relação a Portugal, foi a primeira vez que se ouviu um grito de rebeldia social.⁸

Alguns livros chamam a revolução pernambucana de Revolução dos Padres⁹, não só por ter sido gerada no seminário que tinha a frente o bispo Azeredo Coutinho, mas também por trazer no bojo da sua rebeldia, nela diretamente envolvido, mais de cinquenta eclesiásticos; tendo como chefe e secretário do governo provisório os Padres João Ribeiro e Miguelinho, respectivamente.

Governava a capitania o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro¹⁰ que ao receber denúncias a respeito de movimentações e maquinações e sabido que o movimento eclodiria em abril, ele determinara a detenção dos militares e civis notadamente envolvidos na questão, em março do mesmo ano, em suas residências.

Ordem essa não obedecida, pelo menos no tange a maneira como foi efetuada a prisão; no quartel do Regimento de Artilharia, seu comandante Manuel Joaquim Barbosa, não atendendo ao que o governador determinara, resolve prender ali mesmo e com muito alarde os militares rebeldes. Quando, ao dar voz de prisão ao Capitão Jose de Barros Lima (Leão coroadado), este o feriu fatalmente com sua espada; explodindo dessa maneira e inesperadamente a revolução. E em poucos dias os rebeldes expulsaram o governador que dera início a todo o iminente conflito.

⁸ GUERRA. Op.cit. "Aprendera pôr fim a se levantar mais alto que a Europa e das leis àqueles que de quem tinham pôr hábito recebê-las" - citação não nomeada pelo autor. Pág. 81

⁹ Id.Ibid.Op.cit. Pelos muros se afixaram as proclamações que alternavam o sagrado com o profano – "Viva a pátria e viva a religião católica! Viva Nossa Senhora e morram os aristocratas!" – Pág. 82.

¹⁰ Id.Ibid.Op.cit. A satíricos da época chamavam de *Caetano* no nome, *Pinto* na falta de coragem, *Monte* na altura do físico e *Negro* nas ações.

O movimento não durara muito, mas assim mesmo em seus setenta e cinco dias, estabeleceu-se no Brasil uma forma inédita de governo, em moldes da Revolução Francesa, com a instalação de uma república e a abolição do uso do Senhor, devendo todos passar a se tratar por Vós e Patriota¹¹.

Estendeu seu movimento revolucionário por todo o Nordeste, foram despachados emissários para as capitâneas subalternas da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas. Para a Bahia seguiu igualmente um emissário, o padre Roma preso ao desembarcar. As capitâneas que aderiram com um pouco de entusiasmo foram as de Alagoas e Paraíba, nas outras o fracasso foi total.

O Contra ataque da Coroa veio do Rio de Janeiro em um barco conduzindo o governador deposto, sufocaram o levante bloqueando o porto do Recife e tropas de terra foram enviadas às outras províncias e foram bem sucedidos em seu intento, dando por finalizada o movimento que não se sustentou devido à falta de apoio da maioria esmagadora da massa popular, pelo menos o autor cita somente o povo pernambucano.

¹¹ www.resenet.com.br/ahimtb/c3b. 13/04/03. 20:30 hUm documento recifense escrito no mesmo período revela os enormes preconceitos que existiam na sociedade: “os cabras, mulatos e crioulos andavam tão atrevidos que diziam que éramos todos iguais e não haviam de casar senão com brancas das melhores”.

2.2 – Sob a ótica de um pernambucano

Flávio Guerra, como foi dito na abertura deste capítulo em seu livro “História de Pernambuco” reescreve a história, resumida, mas cuidadosa de província e Estado de pernambucano, preocupado em explicar a formação e construção política, econômica e social. Analisaremos, especificamente o capítulo 14 do seu livro, do qual trata a Revolução de 1817.

Vavy Pacheco Borges em seu livro “O que é história”, analisa a evolução no processo do pensamento sobre a história desde o seu surgimento no século VI antes de Cristo até os dias atuais. Entre outras visões como as do positivismo, tomamos as que mais identificam com a obra de Flávio Guerra.

Ao tratar do historicismo do século XIX de visão nacionalista em contraposição aos positivistas, pois para os historiadores dessa época a história não pode ser feita como uma análise fria¹²; vemos que nesta obra de Guerra, ele deixa explicitamente se levar pelo sentimento de patriotismo e apego a terra.

E também a chamada “nova história” que após a Segunda Guerra Mundial e todas as suas transformações provocou a revisão por parte de alguns historiadores do eurocentrismo.

No que tange a visão da “nova história”¹³, temos na obra de Flávio Guerra sua preocupação em analisar os antecedentes econômicos e sociais que resultaram no conflito, sejam eles a queda do preço do açúcar, a vinda da corte portuguesa para a colônia na América, provocando o aumento dos encargos para o desenvolvimento da região sul da colônia provocando o empobrecimento e decadência da região norte devido o abandono do governo, a formação social-política do povo pernambucano, graças a influencia dos flamengos quando da sua dominação na antiga capitania de Duarte Coelho.

¹² VAVY Pacheco Borges, **O que é história**. “Para compreender a história de cada nação, preocupação geral do século, os historiadores voltam ao passado, procurando caracterizar o espírito de cada povo.” p. 31.

¹³ Id.Ibid. “ as maiores influências nos trabalhos de história, são portanto, o mundo ocidental, a visão do materialismo histórico e a visão da história das civilizações, ligada à “escola francesa” ... A chamada “nova história” procura sempre novos objetos para a história (exemplos: o papel do clima na história: a história das mentalidades e etc.) p. 40 e 41.

Uma visão responsável de antecedentes que resultaram na revolução, baseada em documentos e escritos, se preocupando em não somente escrever, mas mostrar que devido acontecimento passado inevitavelmente Pernambuco sofreria tal conflito.

Por outro lado, à história pernambucana na ótica de Guerra, trata mais da história social desse povo ao explicitar o sentimento forte enraizado de nacionalidade e liberdade, o apego a terra, e a sua ascendência determinam um caminho que o historiador não pernambucano dificilmente tomaria, ao engrandecer demais os feitos e idéias daquele povo. Flávio Guerra não somente analisa e relata a história, ele também “interfere” na história, ao não analisar o outro lado, isto é, ao não estabelecer uma história dos personagens que viveram a Revolução de 1817 do lado rebelde e pró-governo, pois onde estão os homens das outras províncias envolvidas? De onde veio o pedido de socorro para que a Coroa resolvesse abafar tão violentamente esse conflito? Ainda não fala da frágil estrutura e desorganização dos revoltosos o que tomaria tal república facilmente quebrável.

Dessa maneira nota-se bem que Guerra não foi crítico ao não apontar o que estava por trás dessa revolta, o que pretendiam, por que o povo não participara dessa revolução; a não analisar por quais reais motivos fizeram a classe de liberais pernambucanos, paraibanos, baianos e northeriograndenses e cearenses a se juntarem nesse malogrado movimento. Vê-se aí a visão nacionalista e romântica do autor.

A de se levar em conta à época que Guerra concluiu seu livro, aqui em 1979. O Brasil com fim do Governo Geisel e começo do governo de Figueiredo enfrentava a crise do petróleo, a inflação chegava a níveis insuportáveis, começava a abertura política, somase a isso o já costumeiro orgulho do “ser” pernambucano e poder escrever sua, indiscutível, rica história. Pode se dizer que por esse livro ter sido feito a pedido da Assembléia Legislativa do Estado, em uma época que exaltar a pátria e a república era quase uma obrigação, fazer heróis e mártires quase um costume. Por fim a nível psicológico sua obra toma esse corpo de grandes feitos e heroísmo de seus patriotas pernambucanos, ao sentimento de luta contra a opressão do governo de sua atualidade; a vontade intrínseca de reviver os grandes feitos de seus antepassados que viviam igualmente uma época em que se viam oprimidos pelo governo, e se levantaram em oposição estabelecendo uma forma de governo que achavam ser o melhor para seu povo e tendo, mesmo por poucos dias o gosto de ter desafiado e alcançado seus desejos e ideologias.

Finalmente a “História de Pernambuco” por Flávio Guerra, é uma obra didática, informadora, de linguagem clara e acessível, nota-se a falta de referências bibliográficas e notas de rodapé, o qual, não mostra seu trabalho de pesquisa, fazendo um leigo da história pernambucana duvidar ou ainda não entender de muitas coisas escritas e também priva informações para um leitor mais interessado.

O QUE DIZE-NOS UM AMANTE DA TERRA ?

3.1. A Revolução em Natal

José Inácio Borges ¹⁴ governava a Capitania do Rio Grande do Norte quando a revolução de 1817 rebentara, chegando, embora ainda que vagas, as primeiras notícias três dias depois à Cidade do Natal, o governador procurou tomar as primeiras providências; encarregando seu coronel de cavalaria, André de Albuquerque Maranhão, a defender a fronteira com a Paraíba de possíveis avanços revolucionários. Leal a Côroa, Borges, separa-se da subordinação da Capitania de Pernambuco, criando uma alfândega, organizando e armando seus militares ao redor da cidade e das circunvizinhanças.

Apesar ter depositado confiança no senhor de Cunhaú para defesa da cidade, este simpatizante da revolução e intimado pelo Padre Antônio de Albuquerque Mantenedor, vigário de Goianinha, prendeu o então governador. Enviado do Recife um revolucionário e também padre para tornar concreto o movimento na capitania do norte, o vigário Damasceno Xavier Carneiro, tido por Vicente de Lemos como “a alma da revolução de 1817 no Rio Grande do Norte”.¹⁵ Preso, Borges permanecera no engenho Belém, pertencente a outro dos Albuquerque Maranhão, viajando mais tarde para o Recife, como prisioneiro, escoltado pelo capitão-mor de Ordenanças na Paraíba, João D’Albuquerque Maranhão.

André Maranhão marcha então para Natal chegando a 28 do mês de abril; instala no edifício da Provedoria da Fazenda o governo republicano sob sua presidência; seus imediatos ele manteve a linha militar, fazendo parte do comando, o capitão Antônio Germano Cavalcanti, comandante da Companhia de Linha Joaquim José do Rego Barros, coronel de milícias Antônio da Rocha Bezerra e também padres, dentre os quais o padre Damasceno.

O Rio Grande do Norte também recebera o viajante inglês Henry Coster que dentre muitas viagens que fez a Pernambuco, “esticou” suas visitas até as capitanias vizinhas,

¹⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. “O governador José Inácio Borges dirige uma circular às câmaras declarando a Capitania independente do governo revolucionário do Recife. Foi a nossa declaração de autonomia”. p. 444.

¹⁵ Id. Ibid. Apud. Vicente Lemos. *A República*, 10-2-1908.

valendo salientar que ele deixou registradas sua surpresa e grande impressão pelo Senhor de Cunhaú, homem jovem e rico, de idéias emancipacionistas e relações maçônicas.

Aqui a instalação da republica foi muito superficial e fragilíssima, pouco ou nada fizeram os republicanos que residiram na Provedoria da Fazenda no que tange a atos administrativos.

André por não formar em torno de si um regimento fiel às idéias novas, tendo apenas ao seu lado a tropa paraibana, que dentro de pouco tempo teria que voltar à sua capitania, chamado pelo governo novo que já enfrentava seu declínio.

Sem apoio de sua gente, pois, segundo Cascudo, seus ministros em depoimentos posteriores traíram-no pondo-se ao lado dos anti-republicanos confessando terem a esperança da restauração monárquica, André não resistiu muito tempo, prenderam-no, tendo por único ao seu lado o padre Damasceno¹⁶.

Levaram o senhor de Coral, ferido por golpe de espada na manhã de 25 de abril, aos brados de “Viva o senhor Dom João VI! Morra a Liberdade!”, encarcerando-o no Forte dos Reis Magos, morrendo pela manhã de 1817.

Expuseram se corpo ao conhecimento público, uns esporearam o cadáver, renovando compromisso de lealdade a Côroa, outros se apiedaram do homem cobrindo seu corpo, outros acompanhavam o cortejo até a Matriz cantando:

Morreu Pai André

Ali no Jereré

Ali no Jereré

Morreu Pai André

O que seguiu-se depois, foram as prisões dos ministros de André de Albuquerque, não sendo nenhum condenado. Voltando o interesse agora em saber quem foi que feriu mortalmente o homem mais rico da capitania, assumindo autoria o um cadete da

¹⁶ Ver em Adendos. Pág.

Companhia de Linha Antônio José Leite do Pinho, o qual recebera condecorações da monarquia portuguesa.

A ira da família Albuquerque Maranhão durou dezessete anos, acalmada somente depois do assassinato do autor da morte de André do Cunhaí, o sobrinho Dendé Arcoverde foi seu vingador.

Sem apoio popular e organização por parte dos rebelados, rápida foi, na Capitania do Rio Grande do Norte o movimento de 1817. Mas convém somar a este trabalho uns versos populares que em notas de final de capítulo que Câmara Cascudo tem o cuidado de transcrevê-las. Publicado no jornal *A Republica*, de 18-5-1898, reproduzido também na *A Gazeta do Comércio* em 19-3-1902 e transcrito por ele na *Acta Diurna*, de 29-8-1942.

Março, 25
Que bem se contava,
André d'Albuquerque
N'esta praça entrava.

Em fino cavalo
Vinha bem montado
E os seus parentes
Trazia ao seu lado.

Tão rico, tão nobre
E tão soberano,
Depois se vou feito
Um simples paisano.

Já preso ferido
Pela Realeza
Marchou escoltado
Para a Fortaleza.

*Seu ventre ferido,
Ferida uma mão,
Foi obra da espada
De um capitão.*

*A sua coragem
Eu admirei,
Nem mesmo ferido
Quis dar viva ao Rei.*

*Transido de dores,
Já quase morrendo,
Em sua agonia
Bradava dizendo:*

*“Um padre nefário
De mim tão bem quisto,
Foi quem me perdeu.
Quem me meteu nisto.*

*Infeliz do filho
Que obra o contrário
Do pensar da Mãe
Pode ser temerário.*

*Eu miro-me agora
Em fatal espelho
Porque não tomei
Da minha o conselho”.*

Depois, já cadáver

*N'um pau inquerido
Por oito soldados
Voltou conduzido.*

*E assim neste estado.
Passando a Ribeira.
Ritinha Coelho
Sacode uma esteira.*

*E nela envolvido
Seguiu p`ra Matriz
E quem isto viu
É quem conta e diz.*

*E no corredor
Da mesma Matriz,
Está sepultado
O triste infeliz.*

*O povo gritava
Com grande alegrão
Morreu Pai André?
É viva Dom João!...*

3.2. Sob a ótica de um norte-riograndense

Ao contrário das muitas críticas que Câmara Cascudo sofre pela historiografia contemporânea, que preza pela totalidade das pesquisas, numa busca incessante de capturar os atos passados na sua verdade crua, não desprezando o mínimo de informação que seja, interagindo com as outras ciências que contribuem para uma construção ampla de um determinado acontecimento que já influenciou, influencia e influenciará para o nosso presente e futuro.

Finalmente não sendo a História um arcabouço gigantesco de fatos passados, mas uma armação complexa e sólida que vem sendo construída pelo homem desde o ele entende por sua origem, cada pilar devagar e diferente um do outro; de cada ato e omissão, de cada ida e vinda, sempre e todo dia. É a História ainda vagarosamente erguida em junções sem fim, que às vezes se encaixam e outras vezes não.

Fora isso, os livros escritos por este norte-riograndense parece mais ser classificado como enciclopédias, pelo caráter informativo que suas obras tomam, ele descreve, narra, uma história assumidamente factual. Bem serve para os historiadores contemporâneos que mais podem ver nas palavras pesquisadas escritas por Cascudo que ele próprio veria. Ele não tinha pretensão de ler e interpretar o que os documentos, descritos, cartas, queriam “dizer”; somente contentara-se em deixar escritos (também em dramatizar, alguns fatos), quem sabe para, numa tentativa de natural do Rio Grande do Norte e amante de sua gente potiguar, salvaguardar acontecimentos de homens e mulheres que também engrandece a História.

Ao contrário de Flávio Guerra, Câmara Cascudo, gosta de indicar as fontes de suas pesquisas, como enciclopédia, é informativo, ponto positivo, para que o leitor mais interessado se inteire do tema que leia ou estude e aprofunde suas pesquisas das notas de cada final de capítulo que Cascudo deixa à mostra. Pena é, que muitas das narrações do Cascudo tenha mais a visão dos governantes, no caso da revolução de 17, ele escreveu esse movimento através das cartas e descrições do governador da província José Inácio Borges¹⁷.

¹⁷ Ver em Adendos. P.

Um bom exemplo de literatura da filosofia positivista de Comte¹⁸ são as obras de Câmara Cascudo, pelo menos as que dedicou para a história do Rio Grande do Norte, devido sua linha inteiramente direta, descritiva e objetiva.

Bem se nota sua influencia positivista, na tentativa de fazer a História uma ciência exata. Ao tentar explicar-se o porquê de tomar uma posição tão formal sobre a revolução de 1817.

“Devemos narrar simples e humanamente os episódios ocorridos há 135 anos passados sem tentar explicá-los através da mentalidade pessoal... Prescott assombrava-se com o direito do historiador julgar.

E julgar o passado, mesmo com os depoimentos de fanáticos e céticos, amigos e inimigos, deverá ser feito dentro da condicionalidade humana e natural... Todos esses personagens foram homens. Não lhes devo lançar minha pedra porque sou homem também e não posso deduzir de como me comportaria em situação análoga”.¹⁹

¹⁸ SIMON, Maria Célia. **O positivismo de Comte**. O próprio Comte nos diz, no curso de filosofia positiva – “É pelas matemáticas que a filosofia positiva começou a formar-se, é dela que nos vem o método... cada ciência ao desenvolver-se acarreta no método positivo geral, modificações determinadas pelos fenômenos que lhe são próprios”. p. 70.

¹⁹ CASCUDO. Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. p. 136

A REVOLUCAO E A HISTÓRIA

3.1. A revolução sob análise

Muito diferente das visões dos dois capítulos anteriores temos aqui a versão de um historiador, pernambucano sim, mas antes de tudo um profissional que procurou retratar a história de sua terra natal em uma linha objetiva e o mais “friamente” possível.

Para Oliveira Lima, o começo do Século XIX para Pernambuco foi bastante proveitoso e singularmente rico, pois desde o século passado já conhecia essa província o aumento das produções de açúcar e algodão, favorecida pelas guerras napoleônicas, o desastre das colônias espanholas e inglesas, seu escoamento de produção destinava-se principalmente, no caso do algodão para a Inglaterra e o açúcar para Lisboa e Estados Unidos.

O viajante inglês Henry Koster²⁰, considerava Pernambuco a primeira praça do Brasil, no que tange as relações mercantis com o principal importador do Brasil na época a Grã Bretanha, Pernambuco desenvolvera-se economicamente e também em demografia, importava produtos manufaturados e industriais, artigos de luxo, escravos para os seus trezentos e sessenta engenhos e quinhentas e dezesseis fazendas, estas espalhadas na própria província e em suas províncias subalternas do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba o que somava quatrocentos e oitenta mil habitantes, excedido somente pela Bahia e Minas Gerais.

Deixando em europeus visitantes impressões diversas e particularmente em Henry Koster, que veio a falecer em Pernambuco, diversas cartas escritas sobre o que vira e o que pensava, pelo menos dessa pequena parte da colônia americana portuguesa.

Oliveira Lima descreve alguns pormenores da vida da capitania que o inglês deixou desde sua primeira visita em 1809 na qual espantado com o comércio, habitantes e a beleza do Recife relata os avultosos jantares, solenidades religiosas em que só participavam a mais alta classe, os portugueses e ingleses negociantes, agiam, andavam, vestiam-se como europeus, gostavam de tudo que viesse da Europa.

²⁰ Note que Flávio Guerra em seu livro “Historia de Pernambuco”, estudado no primeiro, capítulo deste trabalho cita esse viajante, não por coincidência, mas porque de muitos pesquisadores e historiadores que estudam a história de Pernambuco, é procurar nas obras de Oliveira Lima e Muniz Tavares referencias obrigatórias. (grifo nosso).

Já na sua segunda visita ao Recife, por volta de 1811, Koster nota grandes mudanças, tanto nos costumes quanto no vestuário, mais leves para o clima, também Recife crescia ao contrário da capital Olinda que via o desenvolvimento da cidade vizinha em um decrescimento em todos os níveis. Fez com Oliveira Lima transcrevesse o que vira e ouvira do momento o viajante inglês deixando para a posteridade essas proféticas palavras da sua impressão.

A falta de energia, the supineness, do antigo systema pelo qual era governado o Brasil ainda em tudo se revela; porém a chegada do soberano despertou a emulação de alguns que de ha muito entregavam-se a hábitos de indolencia, e augmentou a actividade de outros que aguardavam com impaciencia occasião para evidenciar-a. Os brasileiros sentem que se tornaram uma nação; a sua terra natal dá presentemente a lei á mãe patria. O seu espirito, contido por longo tempo n'uma sujeição severa ás antigas leis e regulamentos coloniaes, teve agora ensejo de mostrar-se, e, ainda que suffocado sob o pezo de prolongados soffrimentos e supportando com paciencia os seus males, provou sua existencia. Si d'ora em diante os não tratarem como homens sahidos de uma forçada puericia, os nacionaes levantar-se-hão e despedaçarão os grilhões a que resignadamente se submeteram....comquanto ainda esteja distante a quadra d'esta maturidade, entretanto a rapidez ou lentidão do seu desenvolvimento depende dos cuidados assiduos ou da negligencia dos seus chefes. De qualquer modo contudo que elles se comportem, a extensão, fertilidade e outras numerosas vantagens do Brazil dar-lhe-ão com o tempo o lugar que de direito lhe compete entre as grande nações do mundo. (Koster, Voyages dans la partie septent. Du Brésil) p. 228

Apesar do príncipe regente, tal como o viajante inglês, prever mais ou menos que o Brasil já dava sinais de desejos profundos de emancipação pois em seus olhos só conseguia ver a região do Prata e o perigo de perdê-lo para o Uruguai; Oliveira Lima mostra sua fraqueza dando exemplo do rei da França, Luís XVI, vendo diante de seus olhos a perigo iminente de perder sua coroa para burguesia descontente pouco fizera para deter a revolução de 1789; Dom João não percebera os ânimos dos mais exaltados do seu povo americano, aqueles que por tradição e por consciência de nação sentiam-se diminuídos e

mais ainda explorados por alguém que julgavam incompetente para governar; e também seu reino europeu se viu diante de uma traição real, desamparado diante de uma invasão francesa.

Não queria acreditar ou pelo menos não conseguia entender que desânimo abatera sobre seu povo pernambucano, com uma ameaça de separação pela proclamação da república, já que ele elevara ao Brasil à categoria de reino. “A democracia ensaiava com efeito os seus primeiros firmes passos no coração do grande estado, a cuja sombra se acolhera a angustiada dynastia portugueza. Parecia o golpe talhado para abater o espírito flácido do soberano; mas não o fez esmorecer tanto que o empatsasse de organizar uma prompta resistencia contra a ameaçadora sedição²¹

Muita censura havia no jornais e na literatura em geral naquela época, mais não deixara de aparecer uma literatura anônima e panfletos pelas ruas do Recife de caráter revolucionário, alimentadas pela crescente prosperidade dos Estados Unidos, a felicidade dos movimentos separatistas das colônias espanholas, também o jacobinismo francês infiltrava-se diariamente através das palavras impressas de autores desconhecidos mas cultos o suficiente para escrever não só em bom português mas contra a pátria mãe que o ensinou essa língua, impondo as mentes mais cultivadas idéias e uma reação que o momento, para eles, edificara-se urgente.

A tradição de oposição a metrópole, era tão arraigado nas mentes dos pernambucanos, que no seu passado, lembrando a guerra dos mascates, já em 1800 havia-se condensado um projeto de republica sob a proteção da França., reclamavam um final a muito adiado.

Para Oliveira Lima, os personagens que levantaram no movimento de 1817 eram gente da boa sociedade brasileira-pernambucana, os irmãos Suassuna, adeptos das “academias”, as lojas maçônicas que já estiveram presos por acusações de insubordinação à ordem monárquica e que aqui repetiam o ato, insuflando nas “academias” do Cabo e Paraíso as idéias jacobinistas; clérigos, como o padre João Ribeiro, autor de *Revoluções do Brasil*²²; nos quartéis povoavam idéias de emancipação nos oficiais pernambucanos enciumados pela preferência concedidas aos oficiais portugueses.

²¹ LIMA, Oliveira. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. 3ª ed., p. 232.

²² LIMA, Oliveira. *Ibid.* Apud João Ribeiro - “ De facto os Pernambucanos buscavão com ancia os novos cathecismos; atiravão-se a elles com fome; devoravão-os sofreguidão! quem não esperaria de tanto entusiasmo ver progressos monstruosos”. Note que aqui esta citação reaparece com referencia bibliográfica e autor. pass

Nos banquetes a nacionalidade e regionalidade como comida a mandioca, como bebida a aguardente indígena imperava, como protesto ao pão e vinho português.

Todo esse sentimento que ia crescendo entre a classe brasileira e burguesa letrada, ia em contrapartida não tendo boas vistas pelos leais à coroa ou pelo menos aos comerciantes e representantes do governo português que muito perderiam se todo esse crescente sentimento xenófobo ganhasse apoio popular e explodisse em república.

Explicita bem, Oliveira Lima, ao citar as palavras do ouvidor da comarca de Olinda, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, da sua impressão sobre a eficácia da rebelião.

Como não odiaria eu antes, respondia elle aos juizes da alçada ao amesquinhar a revolução e seus auctores, e trabalharia com afinco para destruir um systema que, derrubando-me da ordem da nobreza a que pertencia, me punha a par da canalha e ralé todas as cores e me segava em flor as mais bem fundadas esperanças de ulterior avanço, e de mores dignidades?. p. 236

Diante das denúncias seguidamente repetidas em todos os lugares o capitão general da comarca do Recife, Caetano Pinto, que o autor cita de temperamento manso, não poderia agir de outra maneira do que fazer valer sua posição como representante da coroa portuguesa, baixando uma ordem de busca a apreensão de todos os suspeitos e declaradamente envolvidos, nas denúncias anti-monarquistas, na idéia de adiantar-se aos rebeldes.

Mas seu caráter manso e pouco enérgico prevaleceu, pois o que era para ser a vitória do poder português diante de um bando de rebeldes com a prisão dos militares envolvidos, deu lugar a indisciplina e ao assassinato do brigadeiro Barbosa e o capitão Pedroso que mandado para o local para serenar o motim adiantou-se dando voz de prisão, por dois oficiais brasileiros, José de Barros Lima o *Leão Coroado* e José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, aumentando a desordem, inflamando a sanha dos oficiais insubordinados, levando as igrejas, casernas a insubordinação das liam tanto nos panfletos, libertaram os presos políticos e criminosos e que faziam engrossar as fileiras dos revoltosos. Caetano Pinto refugiara-se na fortaleza do Brum, e que segundo o autor já contavam, fugira “em trajes caseiros e com uma espada desembainhada em punho, acompanhado na fuga por varios officiaes generaes.”

As forças portuguesas desmoralizadas não ousaram reagir, pois segundo Oliveira Lima, os populares somaram ao lado dos revoltosos, anulando qualquer resistência. Apoderaram dos prédios públicos e dos fortes, inclusive o do Brum, ficando os oficiais generais presos e o governador deportado para o Rio de Janeiro, “onde a côrte, irritada, enclausurou-o na ilha das Cobras, junto com os tripulantes da embarcação que de ordem dos rebeldes o conduzira.”

De caráter republicano e autonomista assumira o movimento, do qual faziam parte representantes de várias classes, sacerdotes, médicos, milicianos, advogados, dentre estes destaca-se José Luiz de Mendonça, que ao discordar do radicalismo exacerbado de seus patriotas, nas sessões do diretório, insinuando que o governo se mantivesse dentro do limites constitucionais, receando das conseqüências da revolta, pois achava que o povo não tinha instrução e maturação suficientes para entender atitudes das quais estavam os insurretos tomando, teve uma reação tão ruidosa que este julgou necessário formular, do qual Oliveira Lima chama de demagógico *Preciso*²³ da revolução, para manter sua reputação de patriota.

Entre os que faziam parte do movimento estavam os padres, a classe mias instruída, segundo Oliveira Lima, e nela se encontrava o mais arraigado sentimento de liberdade. E em todos os rebeldes imperava a convicção que Pernambuco estava sendo injustiçado, ficando subjugado a um governo que não podia conter-se, afundado em guerras externas, a questão do Prata, já falado aqui, e em gastos exorbitantes para manter o luxo e a suntuosidade que habituara-se na Europa.

Consideravam-se, os pernambucanos, muito adiantados em relação às outras províncias do Brasil, isto economicamente falando, pois estavam “ em condições de adeantamento iguaes ás de varias das colonias hespanholas que por esse tempo effectuaram a sua emancipação.”²⁴

Até um ano antes a exportação mantinha-se superior a importação tendo no algodão e no açúcar as sua maiores saídas. Certo é que a maioria esmagadora da população pernambucana e sabe-se que das províncias vizinhas e envolvidas no conflito de 1817, não queriam se envolver ou não compreendiam pelo que se movimentavam padres, letrados e militares de suas províncias.

²³ Ver figura n.º 01, em Adendos.

²⁴ LIMA, Oliveira. Op.cit. p. 247.

Mas por outro lado entre os revoltosos, vários foram os fatores que somados levaram esses homens a tentarem experimentar outra forma de governo que achavam ser melhor que o seu vigente. Viam na ação judicial fraqueza e inércia diante dos casos que envolviam a classe mais rica da sociedade e também estrangeiros (os portugueses), com juizes incompetentes e leigos, uns até analfabetos e com idoneidade duvidosa, para assumir tão importante cargo, também seguia o mesmo caminho a organização administrativa; quanto ao serviço militar, este tornara-se antipático diante da população, pois tinham em seus comandantes (portugueses) verdadeiros tiranos e em seus contingentes, por falta de homens para o recrutamento, porque muitos se escondiam e fugiam, constituira-se pela classe marginalizada da sociedade com todo tipo de mercenários, ladrões, ou seja, indivíduos de péssima reputação, alguns até cumprindo pena judicial.

A “boa” sociedade e a moralidade que conheciam e queriam preservar, estavam esfacelando-se diante de seus olhos e o governo, distante dos problemas reais que viam, pouco interessavam-se em sanar esses problemas e restituir a ordem.

Soma-se a isso tudo o espírito político e emancipado que os anos de prosperidade e abundancia que Pernambuco passara, mais o privilégio de conhecer e viver outras ideais e culturas diferentes da pátria-mãe. Fez crescer esse sentimento de xenófobo pelo português e a tudo o que nele estava envolvido.

Não poderíamos aqui sintetizar melhor o desfecho dessa revolução como escrevera Oliveira Lima revelando que apesar dos revoltosos acharem-se desenvolvidos o bastante para atentarem contra os governantes de sua época, tentando estabelecer uma forma de governo, nas províncias do nordeste do reino, destoante das até então permitida pelo governo vigente e o por quê de não ter sido bem sucedida.

Um só e sombrio receio, aliás bem justificável, se levanta no espírito d'aquelle que dispõe-se a lamentar a asphyxia da rebellião de 1817, considerando-a como determinante do progresso nacional. Houvesse-se declarado e mantido independente o Estado, não mais seria elle governado pela classe que Auguste de Saint-Hilaire intitulava "a patriarcha aristocratica", a qual em 1710 se alvoratára e continuára depois a revelar o seu rancor à metrópole; mas succumbiria, fácil preza, ás mãos do caudilhismo irrequieto e sanguinário. São por vezes perigosas as supposições no terreno histórico; aqui contudo e perfeitamente licito dizer que os

militares, agente principaes do movimento, abafariam sem dó nem intelligencia o elemento doutrinário nas casamatas dos fortes, nos calabouços dos quartéis E nos campos de execução. E não só teriam sido levados de vencida os sonhadores incorrigíveis, com também a oligarchia territorial e conservadora que veio a predominar durante o Império mercê da manutenção da escravatura, contra a qual se disse ter campeado a insensata revolução de 1848, e cujo afastamento do throno favorecia altamente em 1889 a intallação da republica. Pernambuco tornar-se-hia, incomparavelmente mais do que rezam os seus anaes, theatro de scenas de degradante vida política, toda ella acalentada na atmospherá carregada das casernas: haveria sido desde logo uma Bolívia ou um Paraguay, pedestal de um Lopez ambicioso. Pág. 248 e 249.

3.2. Sob a ótica de um historiador

“Em todos procurei os fatos pernambucanos, dos quais tentei explicar a significação, relacionando-os com a marcha da civilização brasileira e prendendo-os com os acontecimentos do Velho Mundo, de que eles foram efeito ou reflexo. Em todo esse trabalho animou-se sobretudo, e seja esta a sua recomendação, o amor à terra natal, pátria de tão generosos sentimentos, campo de tão dramáticas peripécias. Julgar-me-ei feliz se houver conseguido retratar-lhe nas páginas que se seguem o simpático caminhar. Berlim, 29 de junho de 1893.”

Neste prefácio que Oliveira Lima abre sua obra, podemos perceber que, apesar de pernambucano este homem tenta ser historiador, através de pesquisas e literaturas várias, não só autores nacionais, mas também estrangeiros; ele tenta reescrever a história de Pernambuco, mas não invadindo-se das mesmas paixões, como por exemplo do Major Codeceira, em seu “A idéia Republicana do Brasil: Prioridade de Pernambuco, mostrando-se explicitamente amante da terra; ou ainda que os outros dois autores acima estudados.

Oliveira Lima sabe de sua responsabilidade em mergulhar no passado de uma região e de pessoas que também fazia parte. Seria fácil e confortável para ele, ser mais um a narrar a história de um lugar que considerava seu lar, apesar de pouco ter convivido seguindo ainda muito jovem para Lisboa; mas ao ser um historiador não seria honesto para ele e para seu iguais em profissão simplesmente reescrever, simplesmente deixar levar pelo sentimento tão entranhado do ser pernambucano e relatar só as melhores ou maiores acontecimentos da história da capitania Duarteina .

O que ele nesta obra apresenta e particularmente no capítulo XXI, sobre a revolução de 1817, não é somente narrar aquilo que melhor poderia considerar mais significativo para História, mas sim ser o mais fiel possível ao que os documentos, jornais e pessoas tinham a mostrar.

“A narrativa histórica obedece portanto a um recorte de tempo que se inscreve no dado bruto da vivência..., fixa as recordações dos indivíduos e das colectividades.

Conserva vivo aquilo que escolheram do seu passado... sem desfazer nem reconstruir os objectos desses passado.”²⁵

Diferente de Câmara Cascudo, Oliveira Lima não segue a linha de narrador, ele ao contrário, expõe a crítica, tenta fazer compreender para o leitor que a reconstrução de um fato é bem mais complicado e abrangente. Ele renuncia a indeterminação do tempo vivido, já não tem a pretensão de contar o que se passou, coloca, a esse passado questões. Várias são as passagens em sua obra em que deixa um pouco de lado a revolução de 1817 e discute com o leitor o porquê da população livre de Pernambuco pouco apoiavam “os patriotas” – “o grosso da população livre, principalmente do interior... era certamente incapaz pelo acanhado das suas idéias de compreender os motivos políticos de um movimento autonomista... os lavradores, e sertanejos criadores de gado de Pernambuco, que formavam a classe média preocupavam-se certamente mais com os anos de secca, de cujos efeitos desoladores, ruinosos em outras capitanias... do que com as vantagens da democracia.”

Furet em seu livro “A oficina da História, nos explicita as mudanças várias da forma de se construir o pensamento histórico – da história-narrativa à história-problema; o qual resumidamente conceitua as mudanças da história contemporânea, e que podemos apontar a crise do conceito do “progresso” e da noção de história geral e linear; a influência da conceituação marxista nas ciências sociais; o desenvolvimento de ciências como a demografia, economia e antropologia e sistematizar dados seriais²⁶ a partir de problemas.

Claro que não vamos aqui dizer que Oliveira Lima evoluíra tanto assim e que sua obra, além de útil era vanguardista! Não, até porque em sua época a primeira edição deste livro em estudo era de 1895; o conceito de materialismo histórico e da Escola dos Anais, também era moda entre o círculo de historiadores; também não esquecendo a grande força que o Positivismo²⁷ representava na História e no hábito de pesquisa e escrita dos historiadores, como ainda hoje há quem defenda esse filosofia.

²⁵ FURET, François. A oficina da história, Lisboa, p. 82. Ao explicar o que é uma história narrativa.

²⁶ Fontes para a história serial: certidões de batismo, óbito e casamento, séries de preços na longa duração, índices de exportação e importação, testamentos e etc. **Grifo nosso.**

²⁷ SIMON, Maria Célia. O positivismo de Comte. In Hümmer, Leda (org). **Os profetas da modernidade.** p.63-88.

O autor de “Pernambuco – seu desenvolvimento histórico, por viver toda a sua vida na Europa sofrera muito de perto essas influencias e que podemos notá-las ao longo de sua obra.

A começar pelo título, o “desenvolvimento histórico”, que há como subtema de sua obra, mostra sua influencia positivista em buscar escrever uma história linear e progressiva da história de Pernambuco, em tentar mostrar o que chama de começo da Capitania desde o descobrimento do Novo Mundo ao Segundo Reinado, e em restrito a revolução de 1817.

A questão causa e efeito²⁸, que em seu prefácio o desnuda:

Em todos procurei os fatos pernambucanos, dos quais tentei explicar a significação, relacionando-os com a marcha da civilização brasileira e prendendo-os com os acontecimentos do Velho mundo, de que eles foram efeito ou reflexo.

Não esquecendo sua explicita aversão à monarquia imperante da época. Dai pode se ver a sua posição de buscar não somente relatar a história de revolução por causa e efeito. Oliveira Lima deixa-se abrir espaços para criticar, ou a realeza, ou os governadores, ou a Igreja ou o comportamento de povo que não leva Pernambuco ao desenvolvimento que o cientificismo positivista aponta como o último estágio, o ideal e positivo para a sociedade.

Dai surge a contradição, por ser crítico, não pode ele ser positivista, pelo menos não inteiramente; a crítica cabe as Escola dos Anais da França, que agora tentam analisar a história, ao invés do estudo dos fatos singulares, procuram chamar a atenção para a análise de estruturas sociais (econômicas, políticas, culturais, religiosas, etc), vendo seu funcionamento e evolução, a noção de uma história total.²⁹

Conclui-se que há uma mistura de correntes filosóficas no livro de Oliveira Lima, unia de tradição, o positivismo, tão arraigado na literatura dos historiadores de sua época e toma toda sua obra, e outra de necessidade, pois para ele não bastava só narrar.

²⁸ PACHECO, Vavy. Op.cit. Para os historiadores positivistas, os fatos levantados e encadeiam como que mecânica e necessariamente, numa relação determinista de causas e conseqüências (ou seja efeitos). p. 33.

²⁹Id. Ibid. p. 38

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi apresentado a Revolução de 1817 na versão de um pernambucano amante de sua terra e sua naturalidade; outra de norte-riograndense tão igualmente apaixonado pela regionalidade que carrega e finalmente por um historiador renomado e menos comprometido com a cultura de seu país.

Podemos nós tirar o que de comum entre estes autores que tomamos para estudo, além, claro, da revolução de 1817?

Primeiramente note que vimos a Revolução Pernambucana na visão de um pernambucano satisfeito de sua condição, mas em uma época pouco feliz na história brasileira, onde a democracia e a liberdade de opinião foram a exceção, resultando, no corpo da obra, uma emoção e amor exagerado por tudo feito pelos valorosos pernambucanos e sua república inédita em meio a um reino monárquico. Para Flávio Guerra tudo foi perfeito, as atitudes, as lutas e até a morte dos rebelados.

Já para Câmara Cascudo, a história narrada sobre a Revolução de 1817, ganhou a localidade do Rio Grande do Norte, deixando para segundo plano, o ponto de origem do conflito; igualmente a Guerra que esquecera por completo as outras províncias que participaram também do movimento, Cascudo pouco ou nada menciona a província mais rebelde de 1817, bem como as outras que formaram tão grande esse movimento.

Oliveira Lima, apesar de mostrar uma história mais abrangente e mais segura da revolução, também esquece de dar uma atenção às províncias em que Pernambuco contou para somar números de insatisfeitos com a política do governo português.

Então o que há de comum entre esses três e valorosos autores é que cada um na sua condição de brasileiro e descendente dos viventes da revolta, contam somente a história de março de 1817 pela terra que são naturais, pela que amam. Por mais impessoais que afirmava se Câmara Cascudo e por mais profissional que fosse Oliveira Lima.

Pecaram na superficialidade que deram a um tema que eles próprios consideravam importante para a História, como o jacobinismo francês, que penetrou no Brasil através do nordeste, sendo a pedra fundamental das idéias dos revoltosos, com sua ideologia de liberdade e igualdade; não só de cada província envolvida na revolta, mas também para história do Brasil. Faltavam citar os sentimentos nativistas que nasciam entre a aristocracia que via na ordem econômica, o enriquecimento dos considerados estrangeiros – judeus e

portugueses – que com a queda nas exportações do açúcar em detrimento ao algodão, acentuava mais a fase decrescente pelo qual passavam no comércio, somatizando ojeriza pelo governo português. Faltavam também mostrar que não somente por nome de Revolução Pernambucana ficou conhecida esse movimento emancipacionista; marinheiro era a alcunha de tom pejorativo que os olindenses e os recifenses chamavam os proprietários ricos e comerciantes estrangeiros e portugueses, muitas agitações e explosões populares que se seguiram à revolução liberal, chamavam de Mata-Marinheiro³⁰

Mais inflamados eram os discursos de José Domingues Codeceira, o Major que defendera tão apaixonadamente a primazia dos pernambucanos como precursores na defesa da independência em detrimento de Minas Gerais, pois o governo pretendia erguer uma imagem de Tiradentes, como o primeiro defensor da independência do Brasil, tomando assim esse título; porém não esqueceu de citar as valorosas participações das outras províncias como a Bahia e Rio Grande do Norte, no qual Codeceira, dedica uma longa explanação do sofrimento de André Maranhão³¹.

Haviam de terem pesquisados, de terem preocupado mais nos pormenores da revolta, no que concerne, saber o porque a Igreja que tradicionalmente sempre esteve ao lado da monarquia, mas em Pernambuco toma o lado contrário; saber mais afundo onde estavam e quais eram as maçonarias que se envolveram diretamente na revolução, pois sabe-se hoje que essas entidades aparecem envolvidas em outras revoltas de cunho libertário no Brasil, mas poucos documentos tem que comprovem quantas e quais eram; as idéias que mais prevaleciam entre os idealizadores da república.

Não estamos aqui para julgar a forma como escreviam um ou outro autor, pode-se sim, ler criticamente o que uma obra nos mostra, e ser crítico é ver sob em que aspecto o autor construiu sua obra, que caminho tomou, isto é, quais as fontes que ele utilizou e formou seu pensamento, se eram confiáveis, verdadeiras, sejam fontes escritas ou orais, pois ambas demandam muito cuidado, inteligência e paciência do autor, Cuidado para saber escolher o que viu ou ouviu de um determinado fato, pedindo para isso inteligência e paciência suficiente em não parar suas pesquisas nas primeiras reliquias, documentos e

³⁰ ACHILLES, Aristeu. **Raízes do pensamento político brasileiro na Independência**, p.99

³¹ CODECEIRA, José Domingues. **A idéia Republicana no Brasil**. "No Rio Grande do Norte, foi barbaramente assassinado o ilustre e benemérito coronel André de Albuquerque Maranhão, na ocasião de sua prisão". P. 103. Codeceira o cita como mártir da Revolução na província do Rio Grande do Norte (grifo nosso).

lendas que aparecem na sua frente, isso distingue relatar um determinado acontecimento com responsabilidade e compromisso em capturar o verdadeiro passado, ou pelo menos pelo ângulo que o autor escolheu para reconstruir um fato.

No caso de Flávio Guerra, Câmara Cascudo e Oliveira Lima, ao escreverem sobre a Revolução de 1817, vimos criticamente que pesquisaram em fontes confiáveis, fizeram várias pesquisas e tentaram achar o que de mais verdadeiro havia sobre a revolta pernambucana, claro que por mais impessoais que tentaram ser, cada um de sua maneira, sob cada própria visão.

BIBLIOGRAFIA

- 1- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- 2- ACHILLES, Aristeu. **Raízes do pensamento político brasileiro na independência**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1973.
- 3- CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: [Sem referencia de editora], 1955.
- 4- CODECEIRA, José Domingues. **A idéia republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco**. 2ª ed. Revista e atualizada. Recife: FUNDAJ, Ed. Massagana, 1990.
- 5- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas**, São Paulo: Brasiliense, 1993. v.1.p. 222 a 243.
- 6- GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. Recife: Ed. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979.
- 7- LIMA, Manoel de Oliveira. **Pernambuco, seu desenvolvimento histórico**. org. Leonardo Dantas Silva, 3ª ed.. Fac-símile da edição de 1895. Recife: FUNDAJ. Ed. Massagana, 1997.
- 8- JAMBO, Arnaldo. **Diário de Pernambuco – história e jornal de quinze décadas**. Recife: Edição comemorativa do Sesquicentenário. 1975.
- 9- FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: **A oficina da história**. Lisboa. [sem editora e sem ano]
- 10- SIMON, Maria Célia. O positivismo de Comte. In: Hünner, Leda (org). **Os profetas da modernidade**. São Paulo: Sofia, Ed. SEAF, 1986.
- 11- MELO, João Alves. **Natureza e História do Rio Grande do Norte**. Primeiro tomo (1501 – 1889), Natal: Imprensa Oficial. 1969.

ADENDOS

Vale transcrever aqui notas muito úteis antes que sejam lidos os documentos, lembrados por Vicente S. P. Lemos, no livro *Natureza e História do Rio Grande do Norte* do autor João Alves de Melo, preocupado com a veracidade de nomes e fatos, bem como na preservação de documentos que ele sabia, eram muito importantes para a história do Estado do Rio Grande do Norte.

- “ O nome de um dos inconfidentes e o sobrenome de outro, mencionados pela comissão d’Alçada nesta lista, estão em parte alterados, o que é fácil de verificar cotejando-se com os inscritos na relação do capitão-mór Governador da Capitania, ... enviada ao capitão general e governador de Pernambuco.
Assim, lê-se na lista d’Alçada: Padre João Damasceno Carvalho Cunha, em vez de Padre João Damasceno Xavier Carneiro, seu verdadeiro nome.
Ali vê-se dois inconfidentes de eguaís nomes e sobrenome Luiz de Albuquerque Maranhão – quando um dëlles tem depois do nome de Luiz o sobrenome de Manoel.
João da Costa Bezerra, é assim chamado pela comissão d’Alçada ao passo que o verdadeiro nome é José da Costa Bezerra, segundo as investigações a que procedemos.
O modo precipitado e a perseguição com que se houve a Alçada nos julgamentos dos patriotas de 1817, motivaram os erros apontados, além de outros que devemos corrigir por amor à verdade histórica”. Pág. 290.
- Commissionado pelo governo deste Estado, em 1901, para colher aos archivos públicos de Pernambuco documentos que interessem ao nosso bom direito sobre a margem esquerda do rio Mossoró, um litígio com o Ceará, deparei na Secretaria do governo daquelle Estado com a presente Memória, do mais incomtestavel valor para a história da Revolução de 1817, na Capitania do Rio Grande do Norte.
Comuniquei ao Instituto a existência de tão importante documento, o qual immediatamente oficiou ao Governador do referido Estado, conselheiro Antonio Gonçalves Ferreira solicitando uma cópia authentica da referida Memória.
Entendi-me com S. Excia., a quem conhecia de longa data, e S.Excia., ordenou a extração as copia, recebida com prazer pelo Instituto, que lhe conferiu o titulo de sócio correspondente.
Por esse documento de subido valor histórico, sobretudo a carência de outros neste Estado, pois foram mandados destruir pelo mesmo Governador José Ignacio Borges, para não ficar memória da revolução, o Instituto, depois de estudal-o por uma commissão tirada do sei seio, representou ao Congresso Estadual, em 1904, contra a data ferida de 19 de março de 1817, segundo o decreto de 27 de agosto de 1890, em vez de 25 d’aquelle mez, justamente quando foi proclamado o governo democrático. A lei n. 210 de 6 de setembro de 1901 corrigiu o erro e feriu o dia 25.Pág. 301.

NOTA

Os documentos a seguir foram extraídos respectivamente dos livros

Jornal Preciso:

JAMBO, Arnaldo. **Diário de Pernambuco – história e jornal de quinze décadas.** Recife: Edição comemorativa do Sesquicentenário. 1975.

Demais documentos pertinentes à Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte e Pernambuco:

MELO, João Alves. **Natureza e História do Rio Grande do Norte.** Primeiro tomo (1501 – 1889), Natal: Imprensa Oficial. 1969.

PRECISO das succedidas que tiveram lugar em Pernambuco, desde a fallida da monarchia e gloriozissima Revoluçãõ operada felicemente na Praia do Recife, aos seis do corrente Mez de Março, em que o generoso exilado de nome Brazo de ALBUQUERQUE exornou a diquella parte do Brazil com o triumpho da tirania real.

DEPOIS de tanto abuzar da nome parvidade por hum sistema de administração combinado acerto para sustentar os cantões de humo Certe innocente sobre toda a sorte de oppresão de hum legitimo direito, e sobre a calumnia agora a humo homem com o nome de traidores em nome de seus Amigos, Parentes, e Competencia naturaes de Portugal, e era por ventura a derradeira peza, que faltava de se por a machina da politica do usidissimo governo estirpado de Pernambuco.

Coizmo n periodo por diquize e onze singeliza, proclamaõ publicamente o fim de este governo, que era sempre o mesmo de Pernambuco, que tinha repartido o seu coraçãõ com elle, e tornando este exigente com o mesmo peuna, como que achava de encher no secreto da sua gabinete listas de proscriptos, que tinha de subterger ao mar do algar, Brazo de ALBUQUERQUE, e humo mudo de mais repellido do país, em officios mais bravos das tropas pagas, em Leões palleiros os fillos da Patria de maior esperanca, e mais distincto merecimento pessoal.

Assim como em humo dia se viu, em que as eschivas fuzado de ser atulhadas de tantos Patriotas heróicos, e suas familias allegadas de dar, e de fazer matar, contra o mal-hum bom conselho de officios de guerra, todos os nomes de nome gloriosos, e de honra de Pernambuco, e de humo a mais a mais condemnado de aquellas innocentes victimas, despartido das memórias que lhe pertenciam mais capazes de lhe dar execucao. Humo mudo em seus quartel militares, outros a casa particular, tertens a mais por toda a parte, e a cada se começou de se abair para hum engolido hum por hum dos nomes bons Compatriotas.

Aqui por em mostrava se humo, como achad capacidade para aser conhecer, que a diobediencia tem todo o preço de heróico em certos azos, e he quidãõ com elle se seja a cruz da Patria. Hum bravo Capitãõ deu o sinal do dize de tirar, fazendo deixar em Inferno a principal agente de injustissima execucao, e corromper as armas, e poucas horas de quelle mesmo dia foram todos o tempo de começar, e acabar tão ditosa revoluçãõ, que mais parecia festejo de paz, que de guerra, qual evidente de ser todo todo obra da Providencia, e bem-beco da benção do todo Poderoso.

O Ex. General tinha se recolhido a fortaleza do Brum, e onde supponha achad humo praça de defeza, e honra e gloria de sua patria, e de seus. Recorro a proposição parvidade, que achavaõ n humo concilio, e humo que se obrigade a conformar se no dia seis, pelas seu horas da manhaõ.

Dizem logo se restabeleca toda a ordem publica, não se curava mais outras coisas, que de se proclamarem por se dignos do dia, em que humo momento pendente se na terra de seus legitimos direitos heróicos. Foi conseqüencia de humo mais ter havido de se agra se quer humo in disturbio, nem motivo qualquer de guerra.

Aqui se installou o Governo Provisorio composto de cinco Patriotas, tirados das diferentes classes, o qual Governo remanede sempre permanente em suas sessões. O seu primeiro cuidado foi distribuir os officios Compatriotas de Portugal nos meos, e de suas familias, com que se tinham inquietado os partidarios da tyrannia, fazendo se todos com agra, ou a esculpa, e segurando as suas familias, pessoas, e propriedades de toda a sorte de injustas, fazendo se continuar em seu mudo de trabalho, e occupação com maior liberdade, que d'antes, pro clamando em humo por humo banda os sentimentos do Povo, e do Povo, e não havendo mais daqui por diante differença entre os de Brazileiros e Europeus, mas de terras cultas, e fuzas em conta de humo só, e unica familia com igual direito a honra, e a virtude heróica, que he e propriedade geral de toda esta Provincia.

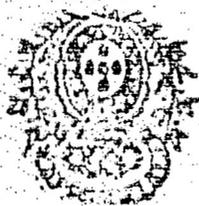
Agora, tudo se achava no mesmo espirito de concordia, e pacificacãõ geral, sem o povo se lembrar de outra novidade, que da totalidade do Governo todo applicado a paz, e a seguranca interior, e exterior por medidas acertadas, fazendo esclarecer a sua marcha, e dividir as matiezas de maior importancia par comitees compostos das plebeas de maior capacidade conhecida para cada humo d'ellas, com que tem estado se nãõ ao tempo popularizar as suas deliberações n nãõ passavel.

Neste mesmo dia o Governo foi permanente ad a meia noite para continuar diversos despachos, que hoje apparecerãõ, sendo dos mais importantes fazer entrar os Functionarios publicos em suas occupações como d'antes, e em tirar a ninguém do seu officio, por se verem as formulas de tratamento de agora usadas, sem admittir nenhuma outra, que a de VOS mesmos com elle Governo, abulir certos impostos moderados de mandata injustas, e oppresivas para o Povo com o antigo mal-hum da N.ãõ, &c. E tal he o novo estado politico, e tal se he hoje 10 de Março de 1817.

VIVA A PATRIA.

Vivao os PATRIOTAS, e acabe para sempre a tirania real.

SEU OF



DOCUMENTOS RELATIVOS À
REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE 1817

PROCLAMAÇÃO FEITA N'ESTA CIDADE, E QUE EM FORMA DE EDITAL SE REMETEO A DIFERENTES VILLAS D'ESTA CAPITANIA, E COMMANDANTES DE DISTRICTOS:

Povos da Capitania do Rio Grande do Norte, no dia nove d'este mez appareceu n'esta cidade uma notícia confuza de que na Villa de Santo António de Recife de Pernambuco havia apparecido na tarde do dia seis um tumulto popular, do qual se tinham seguido algumas mortes sem contudo assinalar-se o motivo, que o tinha operado, e na noite do dia doze por cartas que d'alli tive de pessoa fidedigna, que não teve parte n'aquelle lamentável acontecimento, nem nas suas consequências, fui avizado de que o resultado d'aquelle tumulto, e sedição havia produzido a sabida immediata do General d'aquelle Capitania para o Rio de Janeiro e que alguns d'aquelles faciozos por effeito damais inaudita rebeldia, havião assumido, e usurpado a jurisdicção do Governo permutando doeste modo a paz e tranquillidade de que gozavamos habitantes d'aquelle Capitania pêlos horrores de uma espantosa anarchia. Não me importando averiguar a origem, e progresso d'aquelle detestável attentado, e cumprindo-me só illustrar-vos sobre elle, recordarvos a vossa innacta fidelidade, para com o legitimo soberano, que até agora nos tem regido com direito de Senhor, e desvello de pai no Augusto nome do Senhor D. João 6.º Rei do Reino unido de Portugal, Brazil, e Algarves, em África Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio da Ethiopia, Arábia, Pérsia, e Índia, vos declaro que estão acabadas as nossas relações, e correspondências com todo, e qualquer Governo, ou autoridade levantada atualmente em Pernambuco, e enquanto não nos constar que um General, ou outro legitimo Delegado de S. Magestade restabeleceu alli a sua soberania, e reclamando de vós o solene juramento de fidelidade, que lhes tendes prestado, e que tem sido sancionado pela nossa santa religião, vos convido para que vindos a mim, e debaixo das suas reaes bandeiras, conservemos pura e sem macula a nossa nunca interrompida obediência, e vassalagem, e possuídos do sagrado enthusiasmo gritemos em altas vozes, Viva, Viva, Viva, El-Rei Nosso Senhor.

Cidade do Natal, 13 de março de 1817.

JOSÉ IGNACIO BORGES

(Revista do Instituto Histórico e Geográfico — Vols. VII e VIII — Pags. 22 a 24).

RELAÇÃO DOS FATOS ACONTECIDOS NESTA CIDADE DESDE O DIA 28 DE MARÇO AO DIA 25 DE ABRIL

No dia 28 de Março às 8 do dia entrou nesta cidade o Coronel André de Albuquerque Maranhão, com grande exercito de gente armada e declarou que vinha mandado pelo Governo Provisório já então estabellecido em Pernambuco, e unido ao da Parahyba já tão bem estabelecido, conquistar esta Capitania; e que já havia deixado prezo no Engenho de Belém o limo. Sr. Governador José Ignacio Borges, onde se achava naquela occasião; citiada esta cidade, o povo vendo-se surprehendido, e falto de munição de guerra, e boca, para se defender cedêo a maior força. Eu que igualmente me vi surprehendido e que só não podia resistir fiz o mesmo e logo projetei a minha fuga para a Capitania do Seara; nesta mesma occasião aquelle maldito Coronel ordenou que achassem todos Officiaes Diplomáticos, Camara E ecleezziasticos no Real Herario desta cidade, para se intallar o Governo como de fato nos ajuntamos todos na hora determinada, e chegando elle mandou abrir o cofre real pelo provedor e contar o dinheiro que nelle havia, e mandou que o mesmo provedor tirasse a conta do que elle devia ao ditto cofre, pois que trazia dinheiro para saldal-a; e que além disto contassem com 50 mil cruzados offerecidos por elle, e seus parentes, para defeza da Pátria; passado isto publicou que elle ia declarar as pessoas que havião de entrar naquelle Governo, sobre os quaes todos os que alli estavão darião os seus votos e logo se nomeou assim, o Commandante da Tropa de linha António Germano Cavalcante, o Coronel de Milícias Joaquim José do Rego Barros, o Rdo. Vigerio Feliciano José Dornellas, e o Capitão de Milícias António da Rocha Bezerra; e perguntando a todos os que alli se acha vão se estavão satisfeitos com as pessoas nomeadas para o Governo, ou se tinhao que impugnar de alguns ;delles, responderão todos a huma vós, que estavão muito satisfeitos,* em terem esta resposta installou o Governo; e mandou fazer o termo em que assignarão. Eu que não pensei que fosif nomeado para membro de tal'Governo hum ófficial subalterno, logo que vi no meo nome,

determinei escuzar-me pedindo demissão alienando moléstias; porém vftndo arreceiça que fés o Rdo. Padre Manoel Piolo nomeado para Secretario do Governo por elle Coronel, e juntamente os mais elleitos, calei-me, pensando que me daria a mim a mesma resposta que deo aos outros, na qual lhes declarou bastantemente irado que todo aquelle que se eximisse de servir a Pátria seria reputado inimigo delia, e ficaria sujeito a todas as rigorosas penas que a nova lei estabelecia em semelhantes cazos.

Posto isto sentei com todas as veras fugir para a Capitania do Seara Grande e ignorando o estado em que ella se achava, e vendo a certeza que dava aquelle maldito Coronel de que ella se teria já levantado, ou que breve o faria, visto que nella havião partidistas, e emissários escrevi a hum amigo no Assú para me informar do Estado em que estava aquella Capitania, o qual me respondeu o que constada carta junta, e como antes que me chegasse esta resposta a vi e conheci que todo o povo desta cidade não mudava de frase, e que estava disposto para fazermos a felis restauração, como de facto assim succedeo, unir-me com elle, desisti do primeiro intento; e igualmente uniadu-roee ao Commandante da tropa de linha comunicando-lhe tudo quanto projectava aquelle furioso Coronel para defeza da Pátria; nas sessões do governo, em que ele Commandante não assistia; quanto tinha ditto a V. S. há a pura verdade o que jurarei aos santos evangelhos.

Cidade do Natal, 7 de Julho de 1817.

ANTONIO DA ROCHA BEZERRA C IO
DA ROCHA BEZERRA

(Re. Do Instituto Histórico e Geográfico, Vol. XV, n. 1e 2 – 1917 – pags. 215 a 217).

SOBRE A ALÇADA MANDADA A BAHIA E PERNAMBUCO PARA CONHECER DA REBELLIAO DE PERNAMBUCO

Conde dos Arcos, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia. Amigo. Eu El-rei vos envio muito saudar como aquelle que amo. Tendo determinado, pela Carta Régia da data desta que vos remmetto por copia, mandar em commissão a Pernambuco e passarem depois a essa Cidade o Desembargador do Paço, Bernardo Teixeira Coutinho Alvares de Carvalho, e os Desembargadores António José de Miranda, João Ozorio Castro Souza Falcão e José Caetano de Paiva Pereira, para devassarem, e depois nessa Relação sentenciarem os réos do horroroso crime de rebelião alli commettido; vos

ordeno que, na conformidade do que nella determino, executeis, pela parte que vos toca, todas as determinações nella declaradas; e vos autoriso para as nomeações que pela mesma Carta Régia se prescrevem, declarando-vos que no caso de impedimento de um ou mais dos nomeados, em razão de viagem, ou por ausência, moléstia, ou qualquer outro embaraço. nomeareis dos sobreditos os que se acharem promptos para Juiz e para Escrivão, e para Adjuntos e Escrivão assistente a outros quaesquer. como fui servido ordenar podendo passar para Juiz o Desembargador João Ozorio Castro Souza Falcão em tal caso, e o outro passar a Escrivão. Deverão ser julgados os réos em Mesa grande dessa Relação nos dias que vós concordardes com o Juiz da Commissao, para não embaraçar o despacho ordinário; será a precedência pêlos títulos do Conselho, seguindo-se os Desembargadores da Casa da Suppllicação os que forem nomeados para Adjuntos, e para as rondas, e todos os mais Desembargadores que poderão ser presentes, estarão nos seus logares: mandareis dar aposentadorias aos sobreditos Ministros e os salários que devem vencer, e as mais despesas do processo vós as mandareis satisfazer pela minha Real Fazenda, que depois as cobrará pêlos bens dos réos que forem condemnados, e além do dia em que se findar a diligencia nesta Relação, lhe mandareis contar mais trinta dias de salário pelo tempo em que poderão chegar a esta Corte. E para ella mandareis remetter a copia dos autos principaes e os autos dos sequestros e confiscos passarão para o Juiz da Coroa dessa Relação, aonde ficarão continuando. E vos autoriso outrosim para dar quaesquer providencias que necessárias forem, e fazer decidir pêlos mesmos Juizes quaesquer incidentes que ocorrerem, para que não tenha estorvos esta diligencia, ese conclua com a brevidade que convém. O que me pareceu participar-vos para vossa intelligencia. Escripta no Palácio do Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1817.

REI

Para o Conde dos Arcos.

(Da Coilecção das Leis do Império do Brasil 1816 e 1817 — Pag. 33).

* * *

CARTA RÉGIA — DE 6 DE AGOSTO DE 1817

SOBRE A ALÇADA MANDADA A PERNAMBUCO PARA
CONHECER DA REBELLIAO DAQUELLA CAPITANIA

Luiz do Rego Barreto, Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco. Amigo. Eu El-rei vos envio muito saudar. Pela minha Carta Régia da data desta mando em alçada a essa Villa do Recife o Dr. Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, do meu Conselho e Desembargador do Paço, como Juiz, o Dr. António José de Miranda, Desembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação, como Adjunto, e os Desembargadores da Casa da Supplicação o Dr. João Ozorio Castro Souza Falcão, como Escrivão, e o Dr. José Caetano de Paiva Pereira como Escrivão assistente, determinando-lhes que façam avocar não só as devassas que se tiverem já tirado ahi e nas outras terras convisinhas até o Ceará sobre a abominal rebellião praticada nessa Capitania no dia 6 de Março passado, mas também os processos e sentenças que houver ao mesmo respeito, ainda que por ellas já se tenha procedido a execução de penas, e que tirando nova devassa sem limitação de tempo ou de numero de testemunhas, logo que a tenham concluído e se acharem presos os réos que estiverem presentes, e citados por editos os ausentes e os herdeiros dos falecidos ou executados, passem á Cidade da Bahia, aonde chamando também a si as mais devassas e processos que ahi houver, e renovando as diligencias e perguntas que forem necessárias para o conhecimento da verdade, sentenciarão summariamente em Relação, na forma das faculdades que lhes tenho concedido na mesma Carta Régia, os réos que no sobredito horroroso delicio e nos mais que o acompanharam e foram d'elle consequentes, se acharem culpados. O que me pareceu participar-vos para que lhes presteis todo o auxilio que vos for requerido a bem desta importante deligencia. Escripta no Palácio do Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1817.

REI

Para Luiz do Rego Barreto.

(Da Collecção das Leis do Império do Brasil 1816 e 1817 — Pag 301.

* * *

DECRETO — DE 8 DE AGOSTO DE 1817

MANDA EXPULSAR DAS ORDENS MILITARES OS
CAVALLEIROS PROFESSOS QUE SE ACHAREM RÉOS DA
REBELLIAO DE PERNAMBUCO

Podendo acontecer que alguns réos, que se acharem incursos nas penas do horroroso attentado da rebelião de Pernambuco, sejam Cavalleiros professos em alguma das Ordens Militares: e não devendo estes pêlos privilégios da Ordem, de que se fizeram indignos, ou por qualquer outro pretexto evadir-se de severidade com que merecem ser punidos; tenho autorizado como Governador e perpetuo Administrador das mesmas Ordens, aos Juizes da Alçada que hão de conhercer daquelle crime para expulsarem da Ordem em que forem professos aquelles Cavalleiros que se acharem réos de tão enorme delicto, havendo-os, como taes expulsos, exautorados, privados de todas as honras, privilegios, e ainda acções que pela respectiva Ordem lhes competissem, ou pudessem vir a ter, e relachados á Justiça secular para o competente castigo. E ordeno á Mesa de Consciencia e Ordens que faça riscar e averbar todos e quaesquer assentos para que até se extinga a memoria de haverem Cavaleiros della. A mesma mesa assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1817.

(Da "Collecção das Leis do Império do Brasil 1816 e 1817 – Pags. 39 e 40).

*

* * *

RELAÇÃO DOS RÉOS DE INCONFIDÊNCIA, E ALTA TRAIÇÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE, DE QUE AGORA SE REMETTEM AUTOS DE SEQUESTROS

André de Albuquerque Maranhão primeiro Chefe de rebelliao, Coronel que foi do Regimento de Cavalaria Miliciana da Repartição do Sul d'esta Capitania, preso e mortalmente ferido pêlos fieis Vissalo de Sua Magestade no dia 25 de Abril de 1817, fallecido na cadeia da Fortaleza dos Santos Reis no dia 26 immediato. Luiz de Albuquerque Maranhão, que era Coronel do Regimento de Cavallaria Miliciana desta Cidade, e Villa de S. José, preso no Brejo bananeiras, na fugida que fazia, e recolhido às Cadeias d'esta Cidade em 21 de Maio de 1817. André de Albuquerque Maranhão, que era Capitao-Mór das Ordenanças de Vilia Flor e Arcz, preso em terras do Engenho Tamatanduba, na fugida em que ia, e recolhido às Cadeias d'esta Cidade em 12 de Maio de 1817, Luiz Manoel de Albuquerque Maranhão, preso em Curimataú, recolhido às Cadeias d'esta

Cidade em 22 de Maio de 1817. Indo em fugida José Ignacio d'Albuquerque Maranhão, que era Tenente Coronel do Regimento de Cavallaria Miliciana da Repartição do Sul d'esta Capitania, sem ter ainda apresentado Patente Regia, preso n'esta Cidade, onde se achava, em 20 de Junho de 1817. José Manoel da Paixão, Tenente do Regimento de Cavallaria da Repartição do Sul, preso em sua caza em 29 de Junho de 1817, recolhido às Cadeias d'esta Cidade, João da Costa Bezerra, preso na Ponta Negra e recolhido às Cadeias d'esta Cidade em vinte e seis de Abril de mil oitocentos e desessete. Padre João Damasceno Xavier Carneiro, Vigário na Freguesia de Una, na Capitania de Pernambuco, e actualmente n'esta, por Ter sido nomeado visitador da Capitania do Ceará, preso n'esta Cidade em casa do primeiro Chefe de rebelião, e recolhido às Cadeias da mesma em 25 de Abril de 1817; fallecido em 25 de Julho d'este anuo, a bordo da Escuna "Foguete" (*). António de Albuquerque Montenegro, Vigário da Freguesia de Goyaninha, n'esta Capitania, fugido em 27 de Abril de 1817. Total, nove.

Cidade do Natal, 20 de Novembro de 1817.

JOSÉ IGNACIO BORGES

Conforme.

Recife. Directoria do Interior, 25 de Setembro de 1902.

O Director, António Gomes Leal.

Conferi. Rego.

(*) A Escuna "Foguete" arribou no dia 18 de Julho de 1817, por detrito de monção, ao porto de Pititinga, doze léguas do porto de Natil, e a'í falleceu o Padre João Damasceno Xavier Carneiro, de que fez menção a relação supra. (Officio de José Ignacio Borges ao Capitão General de Pernambuco de 28 de Julho do mesmo anno, existente na Secretaria do Governo d'aqueiie Estado).

VICENTE S. P. DE LEMOS

RIO GRANDE DO NORTE

Classificação dos réos pêlos membros da Alçada, composta do Desembargador de Paço Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, como presidente;

dos Desembargadores da Casa de Suplicação, António José de Miranda, como Adjuncto; João Osório de Castro Souza Falcão, como Escrivão, e Adjuncto deste José Caetano de Paiva Pereira.

RÉOS EM PENA DE MORTE NATURAL ATROZ
PRINCIPAES CABEÇAS

André de Albuquerque Maranhão — Fallecido.

Padre António de Albuquerque Montenegro, vigário de Goyaninha — Fugido.

Padre João Damasceno Carvalho da Cunha, visitador — Fallecido.

* * *

RÉOS A PERDOAR

António da Rocha Bezerra.

Padre Feliciano José Dornellas. Foram membros do governo provisório, e não há mais facto. As testemunhas os defendem da coação que André de Albuquerque lhes fez a recusa que lhes fizeram de aceitar. O coarcto não comete crime. Perdoados.

António Ferreira Cavalcanti, capitão-mór de Port'Alegre- Acompanhou o Governador na viagem de Goyaninha e Belém, ficando também como preso, até que André de Albuquerque o fez vir com elle para a cidade. Empregado como ajudante de ordens, nega. Nomeado inspector de milícia para o sertão, para onde foi com ordens, não cumpriu, a excepção de contas aos thesoureiros. Muitas testemunhas abonam a sua conducta. Perdão.

António Germano Cavalcanti de Albuquerque, capitão e commandante da companhia da linha da cidade. Ir ao chamado com ameaça sAndré de Albuquerque lhes fez de Belém, senhor das forças munições, a que não podia resistir, e vir executar o que elle determinou de ir esperar com tropa, "ser membro do governo e governador das armas, por força", como dizem as testemunhas, e depois logo que poudo fazer a contra revolução que fez. Perdão.

Joaquim José do Rego Barros. O mesmo. Perdão.

Felipe Bandeira de Moura:

Primeiro, foi membro d'um Governo provisório formado em Port'Alegre no dia 10 de Maio, já restaurada a cidade do Natal, que proclamou e chamou gente à villa. Segundo,

muito influído, persuadido a defeza da pátria. Terceiro, disse que acceitara obrigado por David Leopoldo, e temer o sertão ainda rebelde, mas que iam fazer a contra revolução que fizeram no dia 18.

Diz que não houve tal governo: que viera à Villa com Joaquim Manoel Palácio e outros para assistir a fazerem reclamação de Sua Magestade, tendo recebido officios do governo interino da cidade, e por tenente-coronel — Leandro Francisco Bessa querer maior solenidade, mandou chamar os seus officiaes todos, que moravam a largas distancias, se só chegaram no dia 18 em que o fizeram; que são falsos os officios que se lhe apresentaram.

Manoel Joaquim Palácio — Outro membro.

José Joaquim Vieira de Barros — Outro dito. Dizem o mesmo.

Leandro Francisco Bessa — Falecido em iguais circumstancias.

Não há mais factos contra eles. É acreditável a coarctada, e não crivei a existência de um tal governo, sem que houvesse mais que duas testemunhas que vissem, uma os editaes de sua installação, certa, e outra, uns officios do dito governo. Perdoados. O padre João Barbosa Cordeiro, Vigário da dita Villa, quinto membro do dito Governo; por este principio sem culpa. Mas fechar as portas das casas e janellas quando se fazia a reclamação e depois delia fugir com David Leopoldo, conhecido rebelde, não está nas mesmas circumstancias e deve expiar este facto com um degredo de cinco annos para Argelia. Vae a lista competente:

Francisco Marçal da Costa Mello., secretario do tal governo. Não existe sem mais facto. Perdoado. Auzente.

José Ignacio de Albuquerque Maranhão — Não há prova contra elle. Perdão.

João da Costa Bezerra — Sem prova. Perdão. Fallecido.

João Saraiva de Moura — Partidista dos rebeldes. Primeira testemunha. Perdoado.

Manoel da Natividade Victor, escrivão de Villa Flor — Sem prova. Perdão.

Manoel Ignacio Pereira do Lago, provedor da Fazenda — Ir a Belém ao chamado com ameaças de André de Albuquerque, sem força, sem mais facto algum. Perdão.

Pedro Leite da Silva — Em manifesto. Perdão.